

Ata nº 3/2024 – Sessão Ordinária de vinte e um de junho de 2024

-----Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, na Comissão de Melhoramentos da Cabreira, União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelas dezoito horas a senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz, Presidente da Assembleia Municipal, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, agradecendo em ao senhor Presidente da Direção da Comissão de Melhoramentos da Cabreira pela cedência da sua sede para a realização da primeira sessão descentralizada, no presente Mandato, do órgão deliberativo. Referiu ter sido tomada a decisão de realização da presente sessão, na localidade de Cabreira, por ser entendimento que o poder local deve ser exercido próximo das pessoas, tendo esta sido uma das grandes conquistas da revolução do 25 de abril, sendo o poder autárquico para as pessoas considera a proximidade com estas muito importante. Nesse sentido, a presente sessão realiza-se na União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal para que possamos ouvir as preocupações, opiniões e os anseios dos fregueses e também, incentivar os munícipes à participação na vida do nosso concelho.-----

Seguidamente, deu a palavra à senhora Primeira Secretária, Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, que procedeu à chamada: -----

-----**Presidente:** Maria Helena Antunes Barata Moniz (GCE “Independentes por Góis”);-----

-----**Primeira Secretária:** Aida de Jesus Garcia Martins Baeta (Partido Socialista);-----

-----**Segunda Secretária:** Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões (GCE “Independentes por Góis”) .-----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves Baeta; -----

-----Filomena Maria de Matos Geraldès;-----

-----José Ricardo Rosa de Carvalho;-----

-----Luís Virgílio de Abreu Afonso;-----

-----Dulce Maria Filipe Cruz;-----

-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta;-----

-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches.-----

-----**Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”:** -----

-----José Carlos Rodrigues Garcia;-----
-----Amílcar José Barata Aleixo; -----
-----Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão.-----
-----**Partido Socialista:** -----
-----Ricardo José Duarte Ventura;-----
-----Nuno Pedro Tavares Nascimento.-----
-----**Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----
-----Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE “Independentes por Góis”); -----
-----Góis - Pedro Manuel de Campos Dias Nogueira (Partido Social Democrata); -----
-----União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal - Carlos da Conceição Jesus (GCE “Independentes por Góis”); -----
-----Vila Nova do Ceira - António Alberto Figueiredo Machado (Partido Social Democrata). -----
-----**FALTAS:** -----
-----Dos dezanove membros que compõem a Assembleia Municipal verificou-se a falta dos seguintes membros: -----
-----Amílcar José Barata Aleixo (GCE “Independentes por Góis”);-----
-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta (Partido Social Democrata);-----
-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches (Partido Social Democrata).-----
-----**SUBSTITUIÇÕES:** -----
-----Foram substituídos os seguintes membros: -----
-----Amílcar José Barata Aleixo foi substituído por Antonino dos Prazeres Antunes.-----
-----João Miguel Garcia Martins Monteiro Baeta foi substituído por Maria do Rosário Ferreira Nogueira Rosa;-----
-----Adriana Flávia Amaro Martins Sanches foi substituída por Erminda Maria Alves Muro.-----
-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que os membros ausentes justificaram a sua falta, tendo a mesa aceite e validado a justificação. -----
-----**Câmara Municipal:** -----
-----Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: -----
-----Presidente da Câmara: António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----
-----Vereadores:-----

-----José Alberto Domingos Rodrigues;-----
-----Graciano Antunes Rodrigues;-----
-----Bárbara Patrícia Correia Serra.-----
-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o senhor Vice Presidente, Nuno Miguel Martins Bandeira, justificou a sua falta, tendo a mesa aceitado e validado a justificação.-----
-----Havendo “*quórum*”, foi pela Segunda Secretária, Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, lida a Ordem do Dia, a saber:-----
-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----
-----1. Aprovação da Ata nº 2/2024;-----
-----2. Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal;-----
-----3. Apreciação de assuntos de interesse para o Município.-----
-----**ORDEM DO DIA:**-----
-----1. Discussão e Votação do Pedido de Alteração de Propriedade Horizontal e Doação de Área de Logradouro do Prédio Para Domínio Público-----
-----2. Discussão e Votação do Acordo para Transferência de Competências do Município de Góis para a União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal-----
-----3. Discussão e Votação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal/Ano 2024-----
-----4. Discussão e Votação da Prestação de Contas Consolidadas/Ano 2023-----
-----5. Conhecimento da Certificação Legal de Contas Consolidadas/Ano 2023-----
-----6. Conhecimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)/Autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais - Ano 2024 – Comunicação periódica-----
-----7. Conhecimento do Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal-----
-----**PÚBLICO**-----
-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----
-----**1. APROVAÇÃO DA ATA Nº2/2024**-----
-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata nº6/2023.-----

-----Em conformidade com o nº3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os membros Nuno Pedro Tavares Nascimento; José Ricardo Rosa de Carvalho; Maria do Rosário Ferreira Nogueira Rosa; Erminda Maria Alves Muro e Antonino dos Prazeres Antunes não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que a mesma respeita.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----2. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----A senhora Maria Helena Antunes Barata Moniz informou que o expediente remetido à Assembleia Municipal que considera importante e relevante é encaminhado aos senhores líderes dos Grupos Municipais existindo outro que é também encaminhado para todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----Informou da sua presença no IV Congresso da ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, que teve lugar no dia 18 de maio, em Barcelos, onde foi uma das temáticas abordada foi o tema da Juventude e Participação Política de Proximidade, tema debatido com alguns jovens presentes tendo levado à conclusão da importância das associações para a formação dos jovens e, consequentemente, à sua aproximação da política tendo sido opinião unânime, por parte de jovens, o facto de acreditarem na democracia apesar de não acreditarem no seu funcionamento, facto que não é agradável de se ouvir, porém se refletirmos um pouco nestas palavras, leva-nos a comungar com a sua posição. Num outro momento, foi abordada a Assembleia Municipal enquanto órgão autárquico tendo sido opinião comum que deve ser dada maior importância e autoridade ao trabalho das Assembleias Municipais e, para que tal facto aconteça, terá o processo que passar por reformas estruturantes, nomeadamente, a revisão da lei eleitoral e demais legislação que rege os órgãos autárquicos e que preveja, no caso das Assembleias Municipais, autonomia financeira e técnica, ou seja, que tenham recursos próprios, lembrando que a Assembleia Municipal é um órgão independente, mas toda a logística é da competência da Câmara Municipal, pelo que se torna difícil fiscalizar o órgão do qual o órgão deliberativo depende. Concluiu, referindo terem sido os temas mais relevantes alvo de discussão em que muitos autarcas se pronunciaram apresentando as devidas fundamentações.----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----3. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar a palavra aos membros do órgão deliberativo, informando que o senhor Presidente da Câmara Municipal usará da palavra sempre

que forem dirigidas questões ao exercício da Câmara Municipal.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a turma do 7º A do Agrupamento de Escolas de Góis foi galardoada com o 1º lugar do Prémio, a nível nacional, pela ANAM na categoria de trabalhos de âmbito escolar. Referiu que anualmente a ANAM promove este prémio remetendo essa informação à Assembleia Municipal que, por sua vez, a encaminha para a Direção do Agrupamento de Escolas de Góis, procedimento que levou a que esta turma apresentasse o seu trabalho no âmbito do projeto SEEDS – Sementes Empreendedoras para o Desenvolvimento Sustentável, sendo objetivo deste evitar a perda da biodiversidade, bem como constituir um banco de sementes, de acordo com testemunhos recolhidos junto da população do concelho, o que fez com que apresentassem um trabalho escrito de devidamente ilustrado, em português, inglês e braille, em cartazes a fim de serem expostos publicamente. Referiu que este projeto foi bastante apreciado pela ANAM o que muito nos honra e orgulha, felicitando os jovens pela vitória alcançada a nível nacional, sendo que, por vezes, falamos no aspeto negativo dos rankings, mas desta vez temos motivo para nos orgulharmos.-----

-----O senhor António Alberto Figueiredo Machado questionou o senhor Presidente sobre a concretização dos trabalhos necessários no piso de algumas das ruas da freguesia que preside, nomeadamente, Linteiro, Juncal e Casal da Ribeira, porquanto se encontram em avançado estado de degradação urgindo serem intervencionadas. Prevaleceu-se para agradecer os trabalhos realizados no açude dos cavalos, Linteiro, sendo esta obra uma mais-valia, em termos de rega, para quem possui as suas culturas junto do mesmo. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal após cumprimentar os presentes e agradecer ao senhor Presidente da Comissão de Melhoramentos da Cabreira a cedência da sua sede para se realizar a presente sessão, referiu que efetivamente existe um conjunto de estradas no concelho que se encontram degradadas, sendo que apesar de termos consciência desse facto, infelizmente, a Câmara Municipal não tem a capacidade de intervencionar todas no imediato, face aos recursos financeiros limitados, relembrando que apesar de ter sido adquirida uma pavimentadora não podemos investir somente nesta área. É um facto que a Câmara Municipal terá que proceder à abertura de procedimento concursal para aquisição de massa betuminosa tendo sido já efetuado um procedimento, estando presentemente a decorrer um outro, para que possamos proceder às necessárias intervenções, as quais não irão decorrer no imediato, face ao período do ano em que atravessamos, em que existem muitas solicitações e os serviços não dispõem de tempo para que se façam todos os trabalhos simultaneamente. Referiu que há trabalhos que se encontram agendados

sendo exemplo disso a estrada que serve o Linteiro, a dos Conhais até ao cruzamento da casa de convívio de Ponte do Sótão, o acesso ao Parque de Autocaravanas, também em Albergaria, dentro da Ponte do Sótão o terreiro junto à capela, no Carvalhal o acesso ao cemitério e no Colmeal dentro da localidade, no Açor cerca de setenta metros de via e o largo desta localidade, a curva intervencionada em Ádela, e também em Chã de Alvares, sendo estas estradas que contamos intervencionar até ao final do ano por administração direta, tanto ao nível de equipamentos como de recursos humanos.---

-----O senhor Antonino dos Prazeres Antunes referiu que há alguns anos tem como hobby dedicar-se à apicultura tendo-se confrontado de algum tempo a esta data com a vespa asiática o que em nada beneficia a produção de mel, como é por todos sabido, pelo que referiu desconhecer a existência de armadilhas colocadas na freguesia de Alvares pela Proteção Civil. Referiu que em deslocação a outros concelhos vizinhos pôde constatar a existência dessas mesmas armadilhas, pelo que alertou para importância de nesta freguesia serem também colocadas para que alguns produtores possam continuar a dedicarem-se à apicultura em Alvares. Um outro assunto era sobre a requalificação da estrada de Camelinho, Cortes, que se degrada dia após dia, entendendo ser uma via que há muito que necessita de ser intervencionada. Agradeceu os trabalhos realizados nos caminhos e estradas florestais, porém devido às intempéries ocorridas e à passagem de veículos pesados nestas durante esse período, referiu a necessidade de serem, novamente, intervencionadas em alguns pontos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal no que concerne à vespa velutina referiu que o Município promoveu uma ação de distribuição de armadilhas da vespa velutina, onde foram contactados apicultores do concelho, não tendo conhecimento se o munícipe foi contactado, tendo sido distribuídas muitas armadilhas. Referiu ainda, que caso haja armadilhas disponíveis para distribuição poderão as mesmas ser cedidas a quem manifestar interesse. Ainda nesta matéria referiu que cada vez que é sinalizado um ninho da vespa velutina os Técnicos deslocam-se ao local para o inativar, caso o munícipe necessite de um outro apoio solicitou que o apresente, por escrito, para ser encaminhado à proteção civil. Em relação à estrada do Camelinho referiu ter dado indicação aos serviços para que esta via fosse pavimentada sem que se fizessem quaisquer trabalhos na rede de águas. No entanto, contactada a APIN há a possibilidade de ser feita a intervenção ao nível da rede de águas para que depois se possam realizar os trabalhos de pavimentação do piso. Em relação ao outro assunto exposto, solicitou o envio de informação à Câmara Municipal para que os serviços externos possam proceder aos necessários trabalhos assim que haja equipamento disponível para esse mesmo efeito.-----

-----A senhora Filomena Maria de Matos Geraldês referiu que a sua intervenção tem como objetivo salientar um conjunto de atividades que têm vindo a ser realizadas no concelho tanto ao nível cultural, como desportivo, promovidas pelo Município de Góis e também por Associações/Instituições do concelho, estas últimas fazem-no de forma voluntária por forma a dinamizarem as freguesias onde se encontram sediadas, facto que se congratula, reconhecendo o espírito ativo de quem continua a pugnar pela vida nas aldeias concelhias. Prevaleceu-se para felicitar o Município pela homenagem reconhecida ao senhor Prof. João Alves Simões, a atribuição da Medalha de Mérito, no dia em que se comemorou o Foral Manuelino de Góis, salientando que o homenageado ensinou história ao longo da sua atividade profissional tendo também se dedicado à história de Góis, lamentando o facto de muitos convidados não se terem associado a esta homenagem. Felicitou o Grupo de Escuteiros 74 de Góis pela VIIª edição do Desfile de Materiais Recicláveis, iniciativa inserida no programa da ABAE, tendo dirigido felicitações a todos quantos participaram. Uma outra iniciativa que lhe apraz fazer referência foi a exposição de Máscaras e Rituais de Portugal, da autoria de Roberto Afonso, que esteve patente no foyer da Casa da Cultura de Góis, até ao dia 12 de junho, a qual serviu de mote à entrevista do senhor Presidente na RTP, no Programa Portugal em Direto, sobre as tradições do nosso concelho. Fez também alusão à 27ª edição da Feira do Livro de Góis tendo o programa contemplado os 50 anos do 25 de abril e os 500 anos de Luís Vaz de Camões, bem como ao facto de o Município de Góis se ter associado à 6ª edição do Festival Literário Internacional do Interior "Palavras de Fogo", tendo destacado que na cerimónia de inauguração desta iniciativa foi dado a conhecer os vencedores, mais jovens, do desafio da escrita municipal, Ser livre é..., tendo-os felicitado e a excelente e inovadora intervenção da Professora Doutora Rita Marnoto sobre Luís Vaz de Camões, lamentando o facto de esta cerimónia não ter tido uma maior audiência. -----

-----O senhor José Carlos Rodrigues Garcia sobre passagem do Rally de Portugal, em Góis, solicitou informação sobre o investimento financeiro disponibilizado para a passagem da prova em Góis, bem como o feedback deste evento desportivo na economia local, uma vez que a percepção que teve é que o Município não pugnou por uma maior divulgação do evento, tal como constatou por parte de outros municípios que também acolheram a prova. Relativamente à revisão do PDM, concluída a fase de discussão pública, questionou o ponto de situação do documento, nomeadamente quanto aos limites administrativos do concelho, lamentando a passividade da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira em não ter convocado uma reunião para discussão pública deste assunto com o intuito de podermos apresentar junto de quem de direito uma reclamação, pelo que solicitou os devidos esclarecimentos

nesta matéria por entender tratar-se de um assunto importante para o concelho.-----

-----O senhor Presidente relativamente ao investimento financeiro feito pelo Município de Góis para o Rally de Portugal referiu ter sido de cinquenta mil euros. Salientou que o impacto deste evento desportivo não se mede no dia seguinte, mas sim ao longo do tempo, porquanto algum do público desta iniciativa regressa ao concelho em lazer e dá-nos esse feedback, porém apresentou como exemplo um casal que escolheu uma aldeia da freguesia de Góis para se fixar e são novos residentes, sendo este um exemplo dos investimentos que vão sendo feitos no município. Referiu ser um facto que tanto na semana, como no dia que decorre o Rally existe um maior movimento no comércio local, podendo ser visível, por parte de quem esteve na especial de Góis, o número de visitantes que se associaram a esta prova. Sobre a divulgação do evento referiu não concordar que não houve divulgação em virtude de esta iniciativa ter sido amplamente divulgada pelo município em muitos meios de comunicação social e também nas redes sociais do Município, tendo o evento sido, também, bastante divulgado pela população do concelho, facto com que se congratula.-----

-----Relativamente ao PDM referiu já ter esclarecido, várias vezes, as fases que o documento tem de passar, bem como a questão sobre os limites administrativos do concelho, lembrando tê-lo feito na sessão de esclarecimento ocorrida em Vila Nova do Ceira, contudo, irá novamente proceder aos esclarecimentos nesta matéria. Referiu que quando a carta do exército foi alterada foram também alterados os limites territoriais. A seguir houve também uma alteração à CAOP, tendo-se baseado na referida alteração à carta do exército, logo os limites administrativos do concelho ficaram iguais aos que constavam na carta do exército, ou seja, a área em questão ficou como pertença ao território da Lousã. Posteriormente, foi feita uma retificação da carta militar para reposição da situação inicial, mas que não teve qualquer reflexo na carta administrativa porque as alterações à carta administrativa só resultarão quando há correções, como situações desta natureza, ou pelo acordo entre os Municípios, ou através da Assembleia da República por forma litigiosa. O Município de Góis de alguns anos a esta parte foi intercedendo junto das freguesias, assembleias de freguesia e municípios, em virtude de estes órgãos terem que se pronunciar para aceitar as alterações e a reposição daquele que é o nosso território, tendo somente uma freguesia se pronunciado sobre a zona da Chapineira. Contudo, foi procedimento do Município de Góis interceder, novamente, junto dos Municípios de Lousã e Vila Nova de Poiares, uma vez que não se pronunciaram sobre o assunto, juntamente com todos os órgãos autárquicos. No início do Mandato foi tomado o procedimento de reunir com a DGT para apresentação deste assunto tendo sido surpresa da senhora Diretora o facto de estar em vigor o PDM de Góis e a

revisão do PDM da Lousã que se sobrepunha ao PDM de Góis, ou seja, já havia uma sobreposição da área resultante desse erro da carta administrativa. Nessa mesma reunião foi-nos comunicado que nunca ninguém, do Município de Góis, se deslocou à DGT para esclarecimento desta situação, informando que as alterações que têm que ser feitas à CAOP terão que o ser desta forma: o acordo entre os Municípios, e depois a Assembleia da República delibera a alteração ou então de uma forma litigiosa. Foi sempre posição do Município de Góis que este assunto se resolvesse de forma amigável pelo que se tomaram os procedimentos junto do Município da Lousã tendo obtido como resposta que se prescindíssemos da zona do Cabril que a resposta era positiva, não tendo sido esta anuída por parte do Município de Góis, porquanto o pretendido é que haja a reposição total daquele que é o território de Góis. Com a revisão do PDM de Góis a CCDRC informou que aquela zona que não fazia parte do concelho de Góis teria que ficar excluída do nosso PDM, ou seja, como iria ficar no concelho da Lousã não o poderia ficar no de Góis. Quando estivemos na DGT o que a senhora Diretora nos informou é que o Município de Góis teria que reclamar aquela zona como território de Góis, e como aquela zona está na CAOP da Lousã irá ficar como área de conflito, tal como aconteceu no Município de Arouca, contrariando aquilo que sempre foi dito na CCDRC que teríamos que ficar com aquela parte excluída no nosso PDM. Antes de colocação do PDM a discussão pública deslocou-se à CCDRC para reunião, tendo estado presente o senhor Vice Presidente da CCDRC e uma Técnica tendo a sua pessoa informado que não aceitava que o território de Góis ficasse expurgado de uma área que era sua, mas que por um erro de uma carta administrativa estava a ser retirado, tendo sido informado que o Município de Góis deveria reclamar na revisão ao PDM da Lousã, o que aconteceu, não tendo havido qualquer resposta por parte do Município da Lousã, tendo sido também efetuada reclamação na revisão ao PDM de Góis para que a zona em questão fique circundada como área de conflito. Acrescentou que, no dia de ontem, em reunião de concertação do PDM, na CCDRC, em que esteve presentemente juntamente com o senhor Chefe da DGUPA, duas Técnicas do Município, a APA, o ICNF e as Técnicas da CCDRC, para se verificar as manifestações de interesse e as diversas situações que teriam referidas e alterações que pudessem ser efetuadas ao PDM no âmbito da discussão pública, em que foram feitas algumas alterações, não havendo exclusões de REN, mas o uso do solo é da competência do Município e, presentemente, serão essas situações afinadas para que algumas questões que foram ali levantadas possam ser contempladas até por pedidos de licenciamentos e outros que se encontram pendentes. Aproximando-se o termo do período de revisão, salientou que, nos próximos quinze dias, a Câmara irá tomar esse procedimento para que, depois, seja realizada uma

reunião final com as entidades que terão que se pronunciar, nomeadamente na questão do Vale da Lapa, uma vez que não esteve em discussão pública e terá que estar, e as entidades que têm que se pronunciar sobre esta área terão que o fazer. Os passos que têm de ser dados estão a ser efetuados, referindo que as palavras do senhor José Carlos Rodrigues Garcia relativas à inércia da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira não correspondem à realidade, em virtude de terem sido tomados todos os procedimentos administrativos, nos locais certos, para que se consiga que aquilo que foi um erro seja repostado da forma que está legalmente prevista sendo esta a posição que a Câmara Municipal tem estado a tomar de forma a que alguns investimentos sinalizados para a área questão se possam vir a concretizar. Quando entrar o anterior PDM, novamente, em vigor, algumas questões de licenciamento pendentes poderão resolver-se até que a revisão do PDM esteja concluída para que possa entrar em vigor. Concluiu, referindo que os factos apresentados correspondem à realidade de todo este processo, podendo este ser consultado pela Assembleia Municipal, salientando que perante os factos será interposta uma ação judicial para reposição do nosso território, após entrada em vigor da revisão PDM.-----

-----Dada a palavra, o senhor José Carlos Rodrigues Garcia referiu que quando se pronunciou sobre a inércia da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, nesta matéria, foi por ser seu entendimento que todo este processo também incide sobre as limitações da freguesia e deveria ser apresentado aos munícipes o que se estava a passar. Sobre a situação de “conflito” referiu que ao aprovar-se a revisão ao PDM e também a interpor uma ação judicial para reposição da referida área administrativa ao concelho entende que será um assunto que não será resolvido. É sua opinião que o Município deve tentar resolver a situação por todos os meios e que a Freguesia de Vila Nova do Ceira interceda também em todo este processo para que, como é do conhecimento de todos, o território em questão que é propriedade de Góis seja novamente repostado a Góis.-----

-----Dada a palavra, o senhor António Alberto Figueiredo Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira, em defesa da honra, referiu que na sequência da intervenção do senhor José Carlos Rodrigues Garcia, em que mencionou a inércia, neste processo, da Freguesia que preside, esclareceu que foi promovida uma sessão de esclarecimento sobre o assunto em questão, tendo estado presente na mesma cerca de cem pessoas, tendo sido colocadas questões por parte do público presente, as quais foram devidamente esclarecidas. Acrescentou ter conhecimento de todas as diligências tomadas pela Câmara Municipal para resolução da questão dos limites administrativos da freguesia de Vila Nova do Ceira.-----



-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que para resolução de todo este processo teremos que enveredar pelo que legalmente está previsto.-----

-----A senhora Dulce Maria Filipe Cruz parabenizou a empresa FAPIE pelo prémio de Empresa Gazela 2023, votos extensivos à senhora Natacha Silva por ter investido num espaço de estética, na vila de Góis, fazendo votos para que ambos os investimentos tenham muito sucesso. Destacou a comemoração do Dia Mundial da Criança, promovida pelo Município de Góis, Freguesia de Góis e pela CPCJ de Góis onde as crianças puderam desfrutar de um dia cheio de atividades. Felicitou a Comissão de Melhoramentos da Cabreira pelo excelente Festival da Sopas com que brindaram todos quantos se associaram ao mesmo permitindo a partilha de uma das maiores riquezas da nossa região a gastronomia e também o convívio entre gerações dinamizando, desta forma, esta localidade. Ainda na União das Freguesias dirigiu felicitações à União Progressiva do Colmeal por mais uma edição da Rota da Colmeias, fazendo também menção à Caminhada Vale do Ceira a qual possibilitou um passeio bastante enriquecedor pela natureza permitindo explorar a flora da nossa região. Sobre algumas necessidades da União das Freguesias questionou sobre o ponto de situação da beneficiação da zona do Poceirão e também sobre o grau de execução da limpeza das faixas de gestão, bem como o ponto de situação das ruas da Sandinha.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à questão do Poceirão informou que a obra se encontra adjudicada, porém devido à época do ano em que estamos, não se fará a intervenção no imediato, tendo em conta que se trata de uma zona de banhos. Relativamente à execução das faixas de gestão referiu não poder quantificar o trabalho já realizado realçando que devido à área em questão o trabalho a efetuar não se faz com a celeridade desejável. Sobre a pavimentação na Sandinha informou que a mesma se encontra a ser feita pelos trabalhadores da Câmara Municipal estando esta em fase final.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão, primeiramente, felicitou a senhora Presidente da Assembleia Municipal por descentralizar, neste Mandato, as sessões da Assembleia Municipal, congratulando-se pelo facto desta primeira sessão ser na União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, no território onde reside e exerce a sua atividade profissional. Sobre o funcionamento das reuniões descentralizadas da Câmara Municipal sugeriu que deveria existir um contacto privilegiado com a população de modo a auscultar e visitar os locais, reunir como Executivo da Freguesia e com algumas Comissões de Melhoramentos por serem as entidades que têm conhecimento de alguns problemas existentes no sentido de ir ao encontro da população em virtude de esta não estar tão

disponível para vir ao nosso encontro.-----

-----Sobre a estrada do Vale do Ceira referiu entender que esta deveria ser alargada, tendo apresentado como exemplo o trabalho realizado na curva de Cortecega, situação que deveria acontecer em vários locais do percurso, assim como a resolução da situação da Sandinha e, no imediato, iniciar-se a intervenção no piso, porquanto em parte do troço já é visível a necessidade de reparação do mesmo, uma vez que com a ocorrência de chuva estes vão ficando ainda mais degradados. Sobre a limpeza das faixas de gestão de combustível que se encontra ser realizada na União das Freguesias, atualmente em Colmeal, referiu que os trabalhos estiveram parados durante um longo período, não sendo também realizados de forma contínua, porém o que mais a aflige é o facto de ter sido cortado algum arvoredor e não ter sido retirado do local e, presentemente, se encontra seco, facto que se constata há cerca de dois meses. Caso a empresa faça um trabalho contínuo irá demorar a chegar ao local e aproximando-se a época de maior calor, em que poderá existir a ocorrência de incêndios rurais, apelou para que se solicitasse à empresa responsável pelos trabalhos a retirada dos sobrantes florestais. Uma outra situação, apesar de a Freguesia já ter tomado algumas diligências sobre a mesma, mas entende ser importante reiterá-la, é o suporte da estrada na zona dos portos do Cadafaz que se encontra na iminência de ruir, chamando a atenção pelo facto de existência de habitações na sua envolvente. Um outro assunto é sobre a limpeza da captação e os acessos ao tanque de incêndio na Quinta das Águias, lembrando que o acesso se encontra em propriedade particular devidamente autorizada pelo proprietário, porém é o próprio que anualmente efetua a limpeza das captações e, dentro do possível, limpa também os acessos ao mesmo, porém atualmente a pessoa em questão encontra-se com um problema de mobilidade, pelo que solicitou que fosse a Câmara Municipal a proceder aos necessários trabalhos, i.e., a limpeza do acesso ao tanque. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que efetivamente sabe que a estrada do Vale do Ceira necessita de ser intervencionada em algumas zonas, tendo sido reparadas algumas situações e outras encontram-se sinalizadas para que, oportunamente, sejam também reparadas. Em relação à limpeza das faixas de gestão referiu que, no passado sábado, aquando a sessão de apresentação do Projeto Condomínio Verde, foram prestados alguns esclarecimentos sobre os trabalhos, realçando que as empresas não têm o mesmo método de trabalho, sendo que a madeira sobrança das limpezas é deixada no local, num período de tempo, para que os proprietários procedam à retirada da mesma, pelo que não se verificando essa situação é feita a limpeza, porém é visível que após esse período de tempo o material ainda constar no local, sendo que serão dadas indicações às empresas para

procederem à limpeza do mesmo. Em relação à descentralização das reuniões e/ou sessões e à sugestão de se efetuar uma abordagem prévia à população referiu ter sido seu desejo de efetuar a mesma, porém o mês em curso devido às imensas solicitações não disponibilizou de tempo suficiente para poder auscultar algumas situações das populações para que possa dar conhecimento do que se perspectiva realizar nesse sentido. Em relação à limpeza dos acessos à referida captação referiu que irá dar indicação aos serviços para se deslocarem ao local e verificarem a situação apontada para que a mesma possa vir a ser colmatada. -----

-----O senhor José Ricardo Rosa de Carvalho iniciou a sua intervenção agradecendo aos órgãos sociais da Comissão de Melhoramentos da Cabreira pela cedência do espaço para a realização da sessão da Assembleia Municipal. De seguida, parabenizou o Grupo de Escoteiros 74 – Góis pela comemoração do seu 30º Aniversário e também pelo 17º aniversário de ressurgimento do Grupo, desejando longa vida para os Escoteiros de Góis. Felicitou, na pessoa do Tiago Brito, toda a organização do Góis Cup 2024, iniciativa que teve início no passado dia 08 de junho prolongando-se até ao dia 07 de julho, sendo um importante evento porquanto trás à vila de Góis várias equipas de futebol juvenil, de vários pontos do país, bem como os familiares de todos os atletas, salientando não ser por acaso, que o Município de Góis, recebeu, recentemente o Galardão Amigo do Desporto. Por último, congratulou o Município de Góis por ter acolhido duas especiais do Rally de Portugal, realçando ser sempre gratificante ver a nossa serra com uma excelente moldura humana, apercebendo-se que, de ano para ano, são cada vez mais os amantes desta modalidade que escolhem o troço de Góis para assistirem à passagem do Rally de Portugal, esperando que no próximo volte a ser uma realidade, questionando o senhor Presidente da Câmara Municipal se o será.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à questão do Rally de Portugal referiu que, presentemente, está previsto a continuidade da passagem desta prova no nosso concelho.-----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que alguns dos assuntos ora motivo de intervenção e outros que irá expor, efetivamente, parte destes, já são do conhecimento da Câmara Municipal uma vez que tem como princípio levar ao conhecimento do senhor Presidente algumas questões que urgem ser resolvidas na União das Freguesias. Sobre necessidades de beneficiação/requalificação de algumas estradas da União das Freguesias referiu que o senhor Presidente já informou das que iriam ser intervencionadas, porém mencionou que a que serve a aldeia do Sobral também necessita de ser intervencionada ao nível do betuminoso, estando quase igual à via do Sr. da Amargura ao centro do Colmeal. Quanto à situação do Poceirão referiu que desejava que a mesma tivesse sido resolvida a

curto prazo, mas pelas palavras do senhor Presidente o processo está a ser encaminhado para que se resolva após época balnear. Sobre o trabalho que se encontra a ser realizado nas calçadas da Sandinha referiu ser seu desejo que o mesmo fosse também realizado nas calçadas da Cabreira por ser uma necessidade existente nas ruas desta aldeia, felicitando os trabalhos que se encontram a ser realizados esperando que numa próxima oportunidade possa também agradecer relativamente às calçadas da Cabreira. Uma outra situação, também por si já abordada, é a colocação de rails de proteção em alguns pontos das vias que servem esta freguesia para que se possa circular com maior segurança. Na sequência da intervenção do senhor Antonino dos Prazeres Antunes sobre a vespa asiática referiu não ter tido a oportunidade de, no dia agendado, ter procedido ao levantamento das armadilhas, contudo fê-lo junto da Associação Florestal do Concelho de Góis. Todavia, na qualidade de apicultor, referiu que aquele tipo de armadilha não é viável, uma vez que os furos existentes nos recipientes estão muito baixos o que leva a que numa situação de vento mais forte o líquido existente neste se derrame, entendendo que os furos deveriam ter ficado um pouco mais acima, tendo para o efeito explicado os procedimentos que tem tomado, individualmente, em relação a este assunto.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação às vias que necessitam de intervenção referiu ter conhecimento das apontadas, entre outras, pelo senhor Presidente da União das Freguesias, reiterando as suas palavras relativamente à obra do Poceirão. Em relação à intervenção nas calçadas da Cabreira referiu tratar-se de uma intervenção diferente da que está a ser realizada na Sandinha pelo que quando houver a oportunidade a obra será efetuada. Quanto aos rails de proteção referiu estar a ser elaborado o contrato, estando prevista a colocação destes em várias zonas do concelho. No que concerne ao combate à vespa velutina referiu que as armadilhas foram disponibilizadas ao Município pela CIM RC tendo sido tomado o procedimento de as disponibilizar a quem manifestasse esse mesmo interesse. -----

-----Dada a palavra o senhor Carlos da Conceição Jesus referiu que no âmbito da tomada de posição do governo em agregar duas freguesias no território de Góis, a sua pessoa teve como procedimento abrir dois postos de atendimento público aos fregueses, um na Cabreira, na antiga escola primária, e outro em Cadafaz, agradecendo à Comissão de Melhoramentos da Cabreira o apoio dos melhoramentos realizados no imóvel, havendo ainda necessidade urgente de realizar intervenção ao nível da cobertura daquele equipamento.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal informou ter conhecimento dessa mesma situação.--

-----O senhor Nuno Miguel Almeida Alves Baeta, primeiramente, fez alusão ao facto de a presente

sessão estar a realizada na União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal, comungando pela descentralização desta pelo simples facto de apelar à participação dos munícipes residentes para exposição de algumas questões relacionadas com o território onde residem, esperando que o público, no momento que lhe é dada a palavra, intervenha de forma a apresentar questões que possam contribuir para o funcionamento do papel de todos os órgãos autárquicos. -----

-----Seguidamente fez referência ao 67º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis tendo o programa contemplado a tomada de posse pública do Adjunto de Comando, Nuno Cunha, bem como a inauguração do novo espaço onde irá funcionar a Secretaria desta Associação. Ao nível cultural destacou o espetáculo "Insónia", protagonizado por Fernando Mendes, realçando que na sua ótica devemos apresentar menos eventos ao público, mas com uma maior qualidade, sendo que a este nível terá que existir bilhética, conforme houve no referido espetáculo. Nesta ótica, felicitou o Município pelo procedimento tomado junto da Ticketline, desejando que sejam apresentados muitos mais espetáculos com direito ao pagamento de bilhete, levando a que o público seja responsável quando reserva o seu lugar, uma vez que quando o bilhete é gratuito, por vezes, é visível a existência de lugares vazios na sala, bloqueando, desta forma, a participação de um outro interessado no espetáculo. Referiu que a senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, referenciou um prémio alcançado, a nível nacional, pela turma do 7º A do Agrupamento de Escolas de Góis, galardão atribuído pela ANAM, no âmbito de trabalhos escolares, com o Projeto SEEDS – Sementes Empreendedoras para o Desenvolvimento Sustentável. Realçou que, tal como a senhora Presidente referiu, por vezes, destacamos algumas coisas menos boas em detrimento das boas, pelo que se trata de um assunto que merece ser destacado pelo facto de sermos uma escola do interior do país, com um número reduzido de alunos, contudo, há um esforço coletivo para que também possamos competir com agrupamentos das zonas urbanas, numa ótica de nos podermos afirmar positivamente. Terminou, dirigindo uma palavra de conforto e apoio ao senhor Presidente da Câmara Municipal pelo facto de quando começou a assistir às sessões das Assembleias Municipais, enquanto responsável por uma associação juvenil, levou-o a perceber como é que o sistema democrático funcionava no concelho. Referiu recordar-se, perfeitamente, que o Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, já questionava a questão do PDM, até por pessoas que passaram pelos diversos Executivos, sendo que volvidos 50 anos do 25 de abril foi, nos primeiros três anos deste Executivo, que houve aqui seriedade, compromisso e coragem, porque muitos dos problemas que atualmente se levantam se devem, provavelmente, à falta de coragem, de pegar no processo, e, se

calhar, somente agora, vai dar por terminado. Sobre a questão da seriedade, referiu não ser por acaso que quando chegam a alguns organismos públicos que cometeram erros, onde Góis é lesado, repetindo ser lesado há muitos anos, e, hoje, parece que a culpa é toda deste Executivo, facto que não o é. Este Executivo foi o único que teve coragem de pegar, não andando a reboque, e muito menos se baseia em comentários do Facebook e aos comentários feitos a esse mesmo post, afirmando que o senhor Presidente da Câmara Municipal pode contar connosco, sendo que a população lhe atribuiu o voto de confiança, com a vitória nas últimas eleições autárquicas, e não tenha dúvida que nas próximas eleições autárquicas esse mesmo voto de confiança será muito mais forte por esta demonstração de seriedade, coragem e resiliência por ter beneficiado o nosso território, e que a Câmara Municipal, e os nossos territórios do interior deixem de uma vez por todas serem lesados por quem vive atrás de secretárias só com experiência em grandes cidades, desconhecendo como é difícil, sendo preciso coragem para viver e investir nestes territórios.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal em relação à questão dos eventos referiu que o espetáculo protagonizado por Fernando Mendes não poderia deixar de ser excelente porquanto é uma figura que diariamente “entra” em casa dos portugueses, tendo sido uma aposta diferente, pelo que foi decidido a existência de bilhética, tendo corrido bem, sendo diferente e um pouco mais dispendioso para o Município, sendo que o pagamento do bilhete atenuou um pouco a despesa do Município. -----

-----O senhor Victor Manuel Fonseca Duarte referiu que na sequência dos esclarecimentos por parte do senhor Presidente a algumas questões, ora colocadas, mencionou desejar que algumas das situações que têm vindo a ser colocadas sobre a freguesia de Alvares venham também a ser contempladas, sendo essa a expectativa dos Alvaresenses. Sobre a instalação da bomba de captação de água para abastecimento de viaturas dos bombeiros, obra muito importante ao nível da proteção civil no concelho na freguesia de Alvares, apesar de já se verificar um avanço nos trabalhos, questionou sobre a existência de uma data para conclusão da obra e funcionamento deste sistema. Sobre zonas de lazer nesta freguesia, fez alusão à perda da Bandeira Azul da Praia Fluvial da Freguesia de Alvares, facto que é do descontentamento de todos, tendo a Junta tomado todos os procedimentos para que a situação nunca tivesse acontecido, sendo que ainda residia a expectativa de, no próximo ano, sermos galardoados com a bandeira de ouro, presentemente voltamos à estaca zero. Relativamente às ULS referiu que foram criadas seis Unidades Locais de Saúde, numa ótica de descentralização da sub e, pelo que foi comunicado na altura, era objetivo permitir uma agilidade operacional e autonomia de governação em baixa, numa tentativa de melhorar os serviços que são prestados nos diferentes

concelhos. Nestas seis ULS, denominadas de A, B, C, D, E, e F, o Município de Góis ficou agregado à B, Arganil, Góis, Tábua e Oliveira Hospital, pelo que questionou se é vantajoso para o concelho de Góis ficar integrado nesta ULS visto que mais uma vez seremos periféricos, periféricos não somente em relação à situação geográfica, mas considerando a realidade de Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital parece-lhe que não será muito vantajosa para o concelho quando, por exemplo, temos outra ULS agregada num concelho limítrofe que, pelas afinidades históricas, culturais e afetivas, e também pela própria realidade do território, como o despovoamento, não sabe se seria possível optar-se por fazer-se parte de outra ULS, sendo sua posição que faria mais sentido fazer-se um grupo com esse Município vizinho por entender que seria mais viável nesta matéria para o concelho. -----

-----Relativamente à APIN referiu que, por experiência própria, é muitas vezes contactado pelos seus fregueses pela ineficácia da empresa na reposição do piso aquando a ocorrência de situações na rede de águas pelo que apelou que este assunto seja do conhecimento da empresa intermunicipal para que haja uma maior celeridade na reposição do piso de forma a que o mesmo não se degrade. Relativamente ao Condomínio da Aldeia de Roda Fundeira questionou o ponto de situação uma vez que se aproximando o verão há uma maior preocupação por parte dos residentes questionando quais os trabalhos agendados nesta localidade dentro deste projeto. Relativamente aos resíduos das empresas construção civil referiu persistir a preocupação dos proprietários que operam nesta freguesia em arranjar um espaço para depósito destes questionando qual o ponto de situação do assunto. Sobre as vias de comunicação em que há necessidade referiu que o senhor Presidente fez alusão à de Chã de Alvares, contudo existe também essa mesma necessidade na Rua do Camelinho Alvares, Carrasqueira, Algares, Obrais, Amieiros, Roda Cimeira, Amioso Fundeiro e Candeias. Sobre o PDM questionou sobre a possibilidade de ter acesso às reclamações apresentadas dentro da freguesia que preside. Sobre a limpeza das faixas de gestão e estradões referiu que o trabalho continua a ser realizado reputando o mesmo de excelente relembrando que quando se afirma que a maquinaria está sempre em Alvares é pelo facto deste território ser 38% do concelho, pelo que é normal a demora em relação às outras freguesias. -----

-----O senhor Presidente em relação aos railes de proteção referiu que, tal como mencionou, estes irão ser colocados em diversas zonas do concelho e, em algumas situações mais urgentes, que se encontravam anteriormente sinalizadas. Em relação à Bandeira Azul referiu que efetivamente a Câmara Municipal desejava manter este galardão na Praia Fluvial de Alvares, relembrando que a perda se deve unicamente a uma análise realizada em junho do ano de 2023, recordando que foi unicamente

este facto que levou a que se ficasse sem esta bandeira, sendo a água boa para banhos, não sendo de excelência aquando foi realizada a referida análise. Nesse sentido, aquando este acontecimento a Câmara Municipal tomou como procedimento solicitar a repetição às análises para que a bandeira azul se mantivesse facto que não surtiu o efeito desejável, esperando que esta questão seja ultrapassada no próximo ano em virtude de esta zona reunir todas as condições, tendo sido feitas melhorias nos balneários, continuando a ter também nadador-salvador, sendo efetivamente a qualidade da água boa para banhos, não sendo a qualidade da água excelente, na altura em que a análise foi realizada, facto que determinou a não atribuição da bandeira azul. Quanto à bomba de captação referiu que os trabalhos estão em fase de conclusão. Sobre a referência à ULS em que o Município de Góis irá fazer parte e à opinião que este deveria ser agregado a um município vizinho referiu que o senhor Victor Manuel Fonseca Duarte não mencionou qual era o município, tendo de imediato sido informando ser o Município de Pampilhosa da Serra. Referiu que a constituição das ULS tiveram como critério que a distância do concelho e a sede da comunidade 4, Góis, Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital, não distanciasse mais do que 30 minutos, sendo que o único que poderia ultrapassar o limite desse tempo era Oliveira do Hospital. Referiu tratar-se de um processo em desenvolvimento tendo havido reuniões sistemáticas com o senhor Presidente da ULS de Coimbra, sendo que todas as questões sobre o Município de Góis têm sido reportadas, tendo apresentado como exemplo a questão relativa a um profissional de saúde a exercer funções em Góis, sendo que um dos assuntos na ordem do dia é também o incentivo à fixação dos médicos, discordando destes, tendo para o efeito apresentado a sua justificação, porquanto entende que deveria ser o Ministério da Saúde a tratar deste assunto e não os Municípios per si. Em relação à APIN referiu ter-lhe sido reportado a dificuldade em reposição do piso, o que o levou a transmitir esse mesmo facto à empresa, tendo sido também informado a dificuldade de processo de aquisição de betuminosa, sendo que já iniciaram a reposição do piso na freguesia de Góis, sendo que ao nível de serviços entende que a empresa se encontra a realizar um bom serviço nas áreas da sua atuação. Em relação ao Condomínio da Roda Fundeira referiu que irá ser feita a manutenção da intervenção que está prevista e que de acordo com as regras do programa os municípios são responsáveis nos cinco anos subsequentes, de realizarem essa mesma manutenção, rondando os dez mil euros, sendo que face ao número de Condomínios de Aldeia existentes no concelho o Município terá uma despesa anual de cerca de 120 mil euros, sendo uma forma de tornar as aldeias mais resistentes e resilientes. Sobre a área para colocação dos sobrantes das empresas de construção civil referiu que uma das opções poderá passar pela aquisição de um depósito amovível.

Sobre o alcatroamento de algumas vias na freguesia de Alvares referiu ter conhecimento das que necessitam de ser intervencionadas. Sobre o PDM referiu que caso seja necessário fazer alguma consulta ao documento poderá ser a mesma realizada nos serviços, tendo dado a palavra ao senhor Chefe da DGUPA que procedeu aos esclarecimentos. -----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura iniciou a sua intervenção agradecendo à Comissão de Melhoramentos da Cabreira pela disponibilização da sua sede para a realização da presente sessão, sendo importante a descentralização junto da população, sendo sua opinião que apenas peca por tardia, por entender ser importante que os órgãos autárquicos se desloquem no sentido de haver uma maior proximidade com os munícipes.-----

-----Seguidamente referiu que o Partido Socialista, enquanto partido da oposição tem tido sempre como postura realizar uma critica construtiva apresentando propostas alternativas em concreto, contudo temos sido bastantes criticos nas intervenções públicas do senhor Presidente principalmente quando elenca as obras pequenas realizadas pelo Município, pelo que, presentemente, irá apresentar um elogio ao discurso apresentado na comemoração dos 50 anos de 25 de abril, tendo-se focado bastante concretamente na comemoração da efeméride tendo elencado vários temas estruturantes para o nosso concelho, tendo-o felicitado pelo discurso. -----

-----Sobre eventos que vão ocorrendo no Município de Góis fez alusão ao Rally de Portugal que no presente ano atingiu vários recordes, facto que merece ser referenciado, em termos de receita atingiu o valor 164 milhões de euros, tendo o número de espetadores sido mais de 1 milhão, desconhecendo outro evento nacional que mobilize estes números, pelo que mencionou a sorte de este evento passar em Góis, sendo que apesar de não conhecer o investimento total realizado pelo Município de Góis para a passagem destes prova, entende que, no próximo ano, deveria ser reforçado, porquanto ainda existem algumas coisas que devem ser melhoradas, sendo exemplo disso as acessibilidades às zonas de espetáculo as quais são de difícil acesso, apesar de o Município transportar os espetadores para as ZE desde o parque onde as viaturas ficam estacionadas, porém o trajeto pedonal compensa pela beleza natural e, naturalmente pelas imagens que são projetadas nos órgãos de comunicação social a nível mundial. Destacou ainda outras iniciativas realizadas como a Feira do Livro, a XXI Volta a Portugal em Bicicleta, com uma etapa em Góis, os Condomínios da Aldeia, onde uma aldeia da União das Freguesias foi contemplada com um Condomínio Verde, uma mais-valia para a localidade, tendo endereçado os parabéns à organização do Góis Cup pela 4ª edição do evento desportivo, tendo sido uma iniciativa que trouxe muitos atletas e famílias ao concelho, felicitando a empresa FAPIE pela distinção obtida

como empresa Gazela desejando que a empresa continue em desenvolvimento e que o prémio alcançado seja um exemplo para que outras empresas concelhias possam produzir para que também venham alcançar esta e outras menções honrosas. Recentemente terminou o período de apresentação de candidaturas ao Orçamento Participativo 2025 pelo que solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal um balanço desta participação, bem como que fosse dado um esclarecimento sobre a execução de alguns projetos vencedores das últimas edições. Um outro assunto que desejava ter conhecimento é sobre o concurso público para a concessão do Parque de Campismo Municipal e também o ponto de situação do projeto da antiga Casa da Natureza. Sobre o PDM referiu que o senhor Presidente já procedeu aos esclarecimentos, apenas resta-lhe dizer que não vê qualquer inconveniente que após terminada a suspensão do PDM este seja novamente posto em prática até que a revisão ao documento seja aprovada. Terminou, referindo que apesar de ter sido já mencionado a intervenção necessária em várias estradas do concelho e dados os devidos esclarecimentos apenas reiterou que também na localidade de Bordeiro existem vias que necessitam urgentemente de ser intervencionadas. -----

-----O senhor Presidente sobre as acessibilidades para a passagem do Rally de Portugal informou que a Câmara Municipal procedeu à intervenção nas vias de acesso lembrando que a Câmara Municipal transporta os espetadores até à zona de espetáculo, desconhecendo se outro Município toma também este procedimento. Em relação ao Orçamento Participativo referiu terem sido apresentadas propostas estando as mesmas em fase de análise pela Equipa Técnica para que possa ser presente informação à reunião da Câmara Municipal. Ainda sobre este referiu que no passado ano não correu bem pelo que solicitou à Equipa Técnica que no presente ano fosse feita uma abordagem diferente ao Programa para que este fosse mais participativo, realçando a necessidade de o regulamento carecer de algumas alterações, esperando que as propostas apresentadas sejam valiosas. No que respeita ao ponto de situação de projetos de anteriores edições referiu que o campo de voleibol de praia está implementado assim como as espreguiçadeiras e mesa de interpretação, sendo que sobre os identificadores “Estou em Góis” e da placa de Vila Nova do Ceira ainda não se encontra resolvido, o baloiço em madeira também ainda não se encontra colocado. Os Mupis digitais encontram-se colocados e em funcionamento. O Parque de Pernoita de Autocaravanas faltava apenas a questão da iluminação pública estando esta concluída, faltando apenas a pavimentação do acesso. A Piscina Infantil da Praia das Canaveias há um constrangimento ao nível da sua implementação tendo sido reformulado o projeto para que quando for intervencionada a zona do muro da praia ficar uma área para contemplar

a piscina. A cisterna já se encontra adquirida, sendo que os trabalhos nas bancadas e wc do Parque do Cerejal terminaram no dia de hoje. Em relação à Casa da Natureza referiu que se pretende implementar um módulo que se enquadre no imóvel ali existente, tendo sido solicitadas propostas a empresas do ramo a fim de puderem ser analisadas para que a Câmara Municipal possa adquirir e proceder à renovação do espaço em questão.-----

-----A senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões referiu que a EN 2, no local onde habita, existem barreiras a necessitar de serem repostas, bem como no Cimo de Alvém e Ladeiras, estanhando que as empresas que andaram no local a proceder à limpeza das faixas de gestão não tenham feito esse trabalho, possivelmente não seria da sua competência, pelo que alertou para este mesmo facto. Ainda sobre a limpeza das faixas de gestão questionou qual o número de metros previsto legalmente, uma vez que na estrada do Vale do Ceira se verifica que a limpeza realizada numas zonas tem um número de metros diferente a outras zonas. Relativamente ao Rally de Portugal referiu que se orgulha de ser goiense pelo facto, entre outros, de ter conhecimento que muitos dos residentes da Lousã, optaram por serem espetadores da prova de Góis e não do concelho onde residem, renovando o seu orgulho de Góis ter sido escolhido por muitos para participarem como espetadores neste espetáculo desportivo. -----

-----O senhor Presidente em relação à EN 2 referiu que devido às intempéries houveram zonas do percurso no concelho em que parte das barreiras se desmoronaram pelo que foi de imediato comunicado à IP, realçando ter havido limpeza das faixas de gestão entre Lousã e Arganil pelo facto de a sua pessoa ter reiteradamente solicitado esses trabalhos à IP tendo para o efeito agradecido a realização destes e solicitado a intervenção nas citadas barreiras, bem como apontado a situação dos taludes que necessitam de ser intervencionados e da substituição de alguma sinalização. Sobre os metros que foram feitos na limpeza das faixas de gestão na estrada do Vale do Ceira, deu a palavra ao senhor Secretário do GAV para se pronunciar.-----

-----Dada a palavra o senhor Secretário do GAV referiu que segundo a legislação o número de metros são 10, porém existem zonas em que é impossível a concretização da limpeza dos dez metros devido à fragilidade e inclinação do terreno.-----

-----O senhor Presidente referiu que efetivamente a legislação prevê 10 metros de limpeza das faixas de gestão, contudo existem zonas que é impossível a limpeza do número total de metros face à orografia do terreno. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL E DOAÇÃO DE ÁREA DE LOGRADOURO DO PRÉDIO PARA DOMÍNIO PÚBLICO** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o senhor Bruno Santos, sócio gerente da empresa Bruno Fernandes Santos Unipessoal, Lda., na qualidade de representante do condomínio sito na Avenida Comandante Henrique Bebianio Baeta Neves, n.º 5, 7 e 9, na vila e freguesia de Góis, veio apresentar requerimento de alteração de certidão de constituição de propriedade horizontal. O prédio em causa está registado na conservatória do registo predial de Góis sob o n.º 1126/19880628 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 2970 da referida freguesia.-----

-----Referiu que o pedido enquadra-se no artigo 1419.º do Código Civil e a proposta apresentada encontra-se instruída de acordo com a legislação aplicável. A alteração de propriedade horizontal está relacionada com a passagem da área de logradouro de cada fração para domínio público e com o facto de anteriormente o compartimento do sótão, terraço ao nível do 1.º andar e varandas das frações do 1.º e 2.º andares estarem omissos no anterior título de constitutivo da propriedade horizontal. Nesta alteração também se pretende atribuir duas Instalações sanitárias existentes no 1.º andar em espaço comum às frações F e G, respetivamente, que na prática já fazem uso exclusivo destas. Está previsto ainda que o sótão faça parte integrante da fração K, existente no 2.º andar e com este confina. O terraço, sendo parte comum do condomínio, deverá ser de uso exclusivo da fração D. As varandas, sendo parte comum do condomínio, deverão ser de uso exclusivo das frações às quais são contíguas. O edifício é composto por três pisos, rés-do-chão, 1.º andar e 2.º andar, e 11 frações.-----

-----Face à informação exposta, referiu que pelo que conhece do imóvel em questão, quando é referido ser pretensão atribuir “*duas Instalações sanitárias existentes no 1.º andar em espaço comum às frações F e G*”, as referidas instalações sanitárias, caso não esteja enganada, encontram-se instaladas no 2º andar, e não como consta em Ata da reunião de Condóminos, e também no parcelar na reunião da Câmara Municipal. Caso esteja correta, mencionou que terá que existir uma adenda à Ata da reunião de Condóminos. Pelo que face ao exposto, entende que nos moldes apresentados não será correto a Câmara Municipal deliberar nesse sentido. Ainda sobre a Ata de Condóminos, teceu alguns considerandos relativamente ao local constante na data, tem Coimbra e deverá ser Góis, bem como às assinaturas dos condóminos, porquanto as referidas frações deverão estar devidamente

identificadas, com o nome do proprietário, e somente depois é que este ou seu representante deverão assinar. -----

-----O senhor Presidente referiu que quanto às Frações, F e G, estão corretas, estando apenas incorreto o piso, deverá ser o 2º e não o 1º, tratando-se de um erro de simpatia, que terá que ser alterado na respetiva Ata, porém, na restante documentação encontra-se correto. -----

-----Dada a palavra, o senhor Chefe da DGUPA referiu que relativamente à chamada de atenção de alguns lapsos existentes na Ata poderão ser naturalmente corrigidos. No entanto, referiu que a Assembleia Municipal não é o órgão competente para se pronunciar relativamente à propriedade horizontal, apenas terá que se pronunciar sobre a integração, a título gratuito, em domínio público da área de logradouro do referido prédio, após deliberação da Câmara Municipal de certificação da alteração do título constitutivo da Propriedade Horizontal.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a informação, contudo em virtude da existência de frações, propriedade da Câmara Municipal, entendeu que o órgão deliberativo também se teria que pronunciar relativamente à propriedade horizontal, pelo que face à justificação dada pelo senhor Chefe da DGUPA, referiu que a Assembleia Municipal terá que somente se pronunciar sobre a doação da área de logradouro do prédio para domínio público.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que apenas é sua proposta que caso seja proposta a alteração à Ata da Reunião dos Condóminos deve também ser alterado na data a referência a Coimbra porquanto no início do documento se refere a que esta foi realizada do Paços do Concelho. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, a integração, a título gratuito, em domínio público da área de logradouro do prédio registado na conservatória do registo predial de Góis sob o n.º 1126/19880628 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 2970 na freguesia de Góis.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO PARA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE GÓIS PARA A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CADAFAZ E COLMEAL** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que o parcelar da Ata da reunião da

Câmara Municipal se fez acompanhar com os extratos da Atas do Executivo e Assembleia da União das Freguesias, bem como do referido de Acordo.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão primeiramente felicitou o senhor Presidente da Câmara Municipal pelo acolhimento e, finalmente, concretização de um anseio tão desejada da União das Freguesias há muito solicitado, sendo que até ao presente Mandato ainda não teria sido iniciado o processo, tendo presentemente se iniciado e concretizado, salientando que o referido Acordo fica aquém do que seria o desejo dos órgãos da União das Freguesias face às necessidades deste território, porém importa agora fazer referência à concretização deste ato. Ainda sobre o presente acordo sublinhou e enalteceu o trabalho do senhor Presidente do Executivo da União das Freguesias, tendo acompanhado todo este processo desde a primeira hora, apesar de não ter estado presente em todos os momentos, todavia o senhor Presidente da União de Freguesias foi-lhe dando conhecimento do desenvolvimento deste processo, bem como teve sempre acesso institucionalmente a toda a informação, tendo sido um processo muito difícil, com alguns constrangimentos, contudo devido à sua resiliência estamos perante um facto consumado, pelo que na qualidade de residente apresentou felicitações ao senhor Presidente da União das Freguesias. Ainda sobre este Acordo referiu que, pela primeira vez, se procedeu ao ato de negociar pela abertura do atual Executivo da Câmara Municipal, apesar num dos documentos se referir que se reiniciou este processo, facto que não corresponde à realidade, porque foi a primeira vez que este foi feito, salientando ainda, que o valor patente no documento fica muito aquém do que é necessário, pelo facto de o território ser grande e necessitar de ser limpo, várias vezes, por ano. Sobre o auto de transferências referiu que este se faz acompanhar com documentos de despesas referentes aos recursos financeiros, conforme ponto 2, da cláusula 11ª, concordando de todo, apesar de entender que o valor fica aquém daquilo que a União das Freguesias terá que suportar, não lhe fazendo sentido que terá que ser facultada cópia dos documentos de despesa à Câmara Municipal, concordando que sejam consultados, mas fazer um acompanhamento dos documentos das despesas entende que fica em causa o princípio da independência, salientando que somente após a aprovação de contas é que estas podem ser divulgadas, sendo este o único senão relativamente ao documento em apreço.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao Acordo de Transferência das Competências referiu que teve sempre o cuidado de informar o senhor Presidente da União das Freguesias que a Câmara Municipal estava recetiva à celebração do mesmo, sendo também para este Executivo um novo processo, tendo passado por várias fases, tendo sido acordado um valor, o qual

percebe que não será o necessário para se fazer as intervenções que se pretende, mas este processo é igual ao da transferência de competências que os Municípios receberam, ação social, educação e saúde, em que há mapas financeiros em que temos que reportar à DGAL a despesa efetuada e, que no final, podem determinar o reforço das verbas se houver despesa para além daquilo que é a transferência que está prevista, como também pode determinar a retirada do valor que é transferido senão se provar que se está a efetuar a despesa em função daquilo que foi sinalizado. Esta é uma primeira fase cujo procedimento irá ser feito perante aquilo que está determinado legalmente sendo que a Câmara Municipal não irá solicitar mais do que aquilo que está determinado legalmente, sendo que até ao dia 30.06.24 teremos que comunicar à DGAL que se aceitou esta transferência de competências e, que no próximo ano, o valor será transferido diretamente para a União das Freguesias de acordo com o que está previsto. Relativamente à questão de que “foi reiniciado o procedimento” referiu que esta citação incide sobre após receção do auto, sendo que quanto aos documentos solicitados à União das Freguesias resultam do que consta na legislação para o efeito.-----

-----O senhor Ricardo José Duarte Ventura apenas desejava felicitar o senhor Presidente da União das Freguesias pelo seu Executivo estar na linha da frente na transferência de competências salientando todo o trabalho que tem vindo a ser dinamizado no seu território apresentando uma palavra de apreço ao Executivo e Assembleia de Freguesia, prevalecendo-se para agradecer ao candidato do PS, Jorge Almeida, o seu papel ativo da defesa do território. Sobre o território onde se encontra a decorrer a presente sessão referiu que, tal como já o mencionou em anteriores sessões, tem potencial para ser promovido a vários níveis, sendo o turismo uma das áreas, as zonas balneares, e por falar nesta espera que no próximo ano seja novamente atribuída a bandeira azul à Praia Fluvial de Alvares e também à das Canaveias, entendendo que também a União das Freguesias merecia ter uma zona balnear classificada como Praia Fluvial por entender que tem condições para que num futuro próximo venha a ser também uma realidade neste território. Desejaríamos que outras importantes obras fossem retomadas como a estrada panorâmica do Vale do Ceira, um projeto bastante antigo, mas, provavelmente, faria sentido a sua implementação, sendo importante que fosse feito um percurso pedonal desde do Pêgo Escuro até à Ponte da Cabreira, bem como fosse também desenvolvido o Parque Patrimonial do Vale do Ceira e outros projetos que desenvolvessem a União das Freguesias porque acreditamos que tem um enorme potencial turístico havendo ainda muito por explorar nesta região que entende ser umas das mais bonitas do País. -----

-----O senhor Carlos da Conceição Jesus na sequência das palavras do senhor Ricardo Ventura

referiu que foi um prazer ter sido também Presidente da União das Freguesias eleito pelo PS salientando que foi nessa altura que foram realizadas as obras no rio, no Colmeal, pela freguesia. As obras realizadas junto ao Lagar da Cabreira foram comparticipadas a 100% pela Junta de Freguesia com o apoio da Assembleia de Compartes do Cadafaz, salientando que a Câmara Municipal não apoiou financeiramente os trabalhos realizados.-----

-----Relativamente ao assunto em análise, referiu reconhecer a abertura do senhor Presidente da Câmara Municipal por ser uma reivindicação que tem vindo a fazer desde o ano de 2013/14, tendo sido sempre sua posição, em todo este processo, a defesa dos interesses da freguesia que preside, não tendo tido abertura nos anteriores Mandatos para resolução deste processo, reconhecendo, presentemente, a abertura do atual Executivo para que, no dia de hoje, possamos a estar a discutir o documento. Referiu não ser um documento perfeito entendendo que estamos perante um assunto que, desde o ano de 2013, seria obrigação dos Municípios, tendo atualmente após, muitas conversações, algumas destas que não foram comuns a ambas as partes, contudo foram ultrapassadas, tomado o processo um rumo. Ainda sobre a transferência de competências do Município para as Freguesias referiu que de território para território vão alterando, conforme tem conhecimento, não sendo naturalmente os Acordos todos iguais, pelo que numa ótica de cooperação as competências ora transferidas já há algum tempo que eram realizadas pela União das Freguesias, enaltecendo a postura do senhor Presidente, posição não tomada em anteriores Mandatos. Sobre a entrega de documentação à Câmara Municipal referiu que apenas irá informar a Câmara Municipal dos procedimentos tomados, porém não irá facultar qualquer tipo de documento pelo facto de ferir o princípio da independência da freguesia. Acrescentou que se trabalha com transparência, porém a documentação da freguesia somente poderá ser pública após a sua aprovação em sede do órgão deliberativo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo para Transferência de Competências do Município de Góis para a União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**3. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL/ANO 2024** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que esta alteração ao Mapa de

Pessoal/Ano de 2024 consiste na retirada de um posto de trabalho, por tempo indeterminado, da carreira de Assistente Técnica, Serviços Financeiros da DAG, e na inclusão de um posto de trabalho na carreira de Assistente operacional a criar na DGUPA.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal/Ano 2024.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

-----**4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS/ANO 2023** – Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada no dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, relativamente ao assunto em epígrafe, tendo a senhora Presidente da Assembleia Municipal feito referência aos valores do exercício de 2023.-

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que de acordo com o nº2, do artigo 76º, da Lei nº73/2043, de 03 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, deve o órgão executivo apresentar ao órgão deliberativo os documentos de Prestação de Contas Consolidadas de 2023 de modo a serem apreciados e votados na sessão de junho do ano seguinte. -----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que é feita referência, pela empresa de auditoria, à existência de reservas, sendo sua opinião que seria interessante que um técnico da empresa estivesse presente na sessão em que o assunto seja discutido para que possa proceder alguns esclarecimentos nesta matéria, dando a entender quando não as expõe, estando a salvaguardar os seus interesses e não os do Município de Góis, fazendo todo sentido a sua presença para proceder ao esclarecimento às questões que efetivamente poderão ser apresentadas e que necessitam de ser justificadas. -----

-----Seguidamente, apresentou a sua declaração e voto sobre o assunto em análise: *“Este documento não vai alterar nada do que nos foi presente, é a mesma coisa, aqui há um saldo negativo na classificação que é - 915-623.19 €, portanto é mais negativo, daquele que já era, mas compreende-se porquê, feitas as contas consolidadas, e , portanto, não vou votar a favor deste documento, não posso, porque sou coerente com aquilo que disse na minha declaração de voto e na minha intervenção aquando a aprovação das Contas Individuais e, portanto, mantenho aquilo que disse na altura.”*-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu reforçar as palavra da senhora Elisabete Ascensão porquanto quando foi apresentada a Prestação de Contas Individuais fez alusão a que o

auditor também no Relatório apresentou algumas reservas e não as explicou detalhadamente, mas sim de uma maneira genérica não dando a entender do que estaria a referir-se. Nesse sentido, referiu ter sido por si proposto que o auditor estivesse presente na sessão para proceder aos esclarecimentos necessários sobre o que escreve quando se refere à existência de “reservas.”-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que no documento relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas o auditor faz referências às reservas, ou seja, é referido“ (...) *não foram reconhecidos os ativos proporcionados pelo concessionário EDP ou melhorias nas infraestruturas do Município, e quanto a estas não foram reclassificadas como ativos de concessão de serviços, e quanto a estas não foram reclassificadas como ativos de concessão de serviços, Assim, não estamos em condições de formar opinião sobre o impacto que o seu reconhecimento teria nas contas de Ativos Fixos Tangíveis e Diferimento do Passivo. Conforme descrito na nota 24 do anexo da APIN, a conta outros devedores apresenta um montante de setecentos e sessenta e oito milhares de euros resultante de obras efetuadas pela APIN, cuja responsabilidade é do devedor, por não se enquadrarem nas atividades delegadas na APIN. A resposta recebida ao nosso pedido de confirmação independente revela diferenças entre o montante registado pela APIN e aquele que nos foi reportado pelo devedor.*”

Referiu que as reservas não resultam nem de nenhuma má prática, nem de nada que possa ser questionado em relação à consolidação de contas do Município, mas sim de procedimentos de entidades externas que não estão conforme que o revisor necessita para poder se formular a sua opinião sobre as reservas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com doze votos a favor e sete abstenções, aprovar a Prestação de Contas Consolidadas/Ano 2023, apresentando no exercício de 2023 e em termos numéricos os seguintes valores:-----

-----Relativamente ao Balanço:-----

-----Total do ativo: 33.655.124,41€;-----

-----Património Líquido: 28.074.578,48 €;-----

-----Passivo: 5.580.545,93 €-----

-----Relativamente à Demonstração de Resultados por Natureza:-----

-----Rendimentos: 8.134.495,73 €;-----

-----Gastos: 9.050.118,92 €;-----

-----Resultado líquido do exercício: -915.623,19 €;-----

-----Relativamente a Demonstrações de Fluxo de Caixa:-----

-----Recebimentos: 9.201.519,85€;-----
-----Pagamentos: 9.104.993,12 €;-----
-----Relativamente à Demonstração de desempenho orçamental:-----
-----Recebimentos: 10.516.176,33€ (orçamental) e 72.217,63€ (operações de tesouraria);-----
-----Pagamentos: 9.032.162,45€ (orçamental) e 72.831,19€ (operações de tesouraria);-----
-----Saldo iniciais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 1.386.873,59€:-----
-----Saldo iniciais de operação de tesouraria do desempenho orçamental: 376.953.14€;-----
-----Saldo finais de operações orçamentais do desempenho orçamental: 1.484.013,88€;-----
-----Saldo finais de operações tesouraria do desempenho orçamental: 376.339,58€.-----
-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----
-----5. CONHECIMENTO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS CONSOLIDADAS/ANO 2023 – Foi presente o Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização e Certificação Legal de Contas Consolidadas/Ano 2023, apresentado por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.-----
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----
-----6. CONHECIMENTO DA COMUNICAÇÃO PERIÓDICA DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA)/AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - ANO 2024 - COMUNICAÇÃO PERIÓDICA – A senhora Presidente referiu que a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 14.12.2024, deliberou, para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA), na redação atual, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação (exceto se implicar aumento de despesa), por parte da Câmara Municipal, delegada no Presidente da Câmara, nos seguintes casos: Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) Os encargos decorrentes de cada compromisso não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----
-----No entanto, refere ainda a referida autorização prévia genérica que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da mesma. Neste sentido, deu conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre 01.04.2024 a 31.05.2024.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão questionou se a descrição do serviço Integração de Serviços – AIRC/acinGOV corresponde à plataforma eletrónica de compras públicas destinada.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu afirmativamente.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----7. CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA---

-----A senhora Presidente indagou, se sobre este Relatório, pretendiam os membros desta Assembleia alguns esclarecimentos.-----

-----A senhora Elisabete Cristina Carneiro de Ascensão referiu que no documento em análise verificou na parte do processos judiciais pendentes manteve-se o processo cujo interveniente é a Assembleia de Compartes da Freguesia do Colmeal, cujo ponto de situação refere que aguarda sentença, sendo que solicitada informação à referida Assembleia de Compartes sobre o processo foi comunicado que este já transitou em julgamento. Ainda no documento pôde verificar que há repetição de serviços que já teriam vindo no último relatório dando como exemplo levantamento das mesas de voto, uma vez que este relatório é até ao dia 30.04, questionando o porquê de finalizar no final de abril e não do final de maio, 31.05.24.-----

-----O senhor Presidente referiu que irá dar indicação para os serviços verificarem as situações ora apontadas, sendo que quanto ao período terá efetivamente a ver com a disponibilidade da informação por parte de todos os serviços para que se possa elaborar o documento.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu ter reparado a duplicação de atividades relativo ao mesmo evento, apresentando como exemplo a Feira do Livro, entendendo que deveria aparecer o evento e depois os serviços que se encontram associados ao mesmo. Ainda no documento, na parte das obras por administração direta, referiu que na página 21, no local da obra tem a designação de Rua do Tita, questionando a localização da mesma na freguesia de Góis. Uma outra situação verificada no documento, que considera um pouco mais grave, porquanto entende que todos devem ler e analisar o relatório, uma vez que tem informação sobre a gestão da Câmara Municipal, sendo que na última sessão da Assembleia Municipal chamou a atenção para o ponto de situação do processo, constante na página 38, porquanto o assunto não é referente ao mesmo. Entende que o documento antes de ser entregue ao senhor Presidente para despacho e remetido à Assembleia Municipal deverá ser previamente analisado pela respetiva chefia dos serviços por forma a que

situações como as que verificou não voltem a acontecer.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à questão do nome da rua referiu que, provavelmente, não houve o cuidado de quem passou a informação aos serviços que elaboraram o relatório de colocar corretamente o nome da rua, ou seja, trata-se da Rua de Cambelas e também na atual Avenida Manuel Ferreira Naia Sarrazola, agradecendo a compreensão da Assembleia Municipal pelos lapsos verificados no documento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA:**-----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos um antes da Ordem do dia e um a quatro da Ordem do Dia. ----

-----A senhora Erminda Maria Alves Muro ausentou-se da bancada do Grupo Municipal do PSD, retirando-se da sessão como membro da Assembleia Municipal, para integrar o público que se encontrava a assistir à sessão.-----

-----**PÚBLICO:**-----

-----a) O senhor Pedro José Lopes Gonçalves referiu que há algum tempo foi solicitado à Câmara Municipal a reparação de um muro, na aldeia de Sandinha, porquanto corria o risco de desmoronar, tendo os respetivos trabalhos sido realizados no ano em curso, referindo que a intervenção realizada fez com que se poupasse um custo mais elevado ao erário público, agradecendo. Sobre as ruas desta aldeia durante muito tempo que necessitavam de ser intervencionadas, tendo o atual Executivo procedido aos trabalhos necessários pelo que agradeceu apresentando um voto de louvor tanto ao Executivo, como aos trabalhadores que realizaram a obra em questão.-----

-----b) A senhora Erminda Maria Alves Muro, na qualidade de munícipe natural da Sandinha, agradeceu os trabalhos realizados ao nível do pavimento nas ruas desta localidade. Na qualidade de proprietária de um alojamento local na Sandinha referiu que também o acesso ao seu imóvel necessita de ser reparado, pelo que apelou para que também este acesso seja intervencionado, bem como a limpeza das ervas existentes nas ruas e também no poço ali existente, tendo a sua pessoa procedido à limpeza de ambas as situações.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a rua apontada já se encontra sinalizada pelos que os trabalhos irão ser oportunamente realizados.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, pela senhora Aida de Jesus Garcia Martins Baeta, Primeira Secretária eleita pela Assembleia Municipal e pela senhora Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões, da Segunda Secretária eleita pela Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Assembleia Municipal

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)

A Primeira Secretária

(Aida de Jesus Garcia Martins Baeta)

A Segunda Secretária

(Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões)